10:45 • 6 JUNHO DE 2013 WEBMAIL LOGOUT

RECEBA O ESTADO EM: CASA EDIÇÃO DIGITAL RSS TWITTER CELULAR IPAD FACEBOOK FLICKR

ESTADÃO.COM.BR/São Paulo

buscar

NOTÍCIAS POLÍTICA ECONOMIA ESPORTES LINK DIVIRTA-SE PME Opinião Acervo Rádio Eldorado Piauí Classificados iLocal

São Paulo Brasil Internacional Saúde Ciência Educação Planeta Cultura Paladar Aliás Blogs • Colunistas • Vídeos • Fotos • Infográficos • Tópicos • Horóscopo

PUBLICIDADE

• AGORA NO ESTADÃO •

ESPORTE

Rio assina com consórcio administrador do Maracanã

AMAZÔNIA

Desmatamento em 2012 foi o menor da história

NEGÓCIOS

Presidente Dilma sanciona MP dos Portos com 13 vetos

ECONOMIA

Brasil deixa de arrecadar R$ 415 bi ao ano por sonegação

SÃO PAULO

Funcionários da saúde mantêm greve e ocupação

Comissão dá aval para 'bolsa estupro'

Só com voto contrário da bancada do PT, bancada evangélica consegue aprovar Estatuto do Nascituro; feministas criticam proposta

06 de junho de 2013 | 2h 02

Notícia A+ A- Assine a Newsletter Tweet 6

Recomendar Você e mais 125 pessoas recomendam isso.125 pessoas

Eduardo Bresciani / Brasília - O Estado de S.Paulo

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou um projeto que dá direitos ao feto e cria uma espécie de "bolsa-estupro" para mulheres que decidirem ter o filho, apesar de ser fruto de um crime.

A votação do chamado Estatuto do Nascituro ocorreu com forte mobilização da bancada evangélica e tem como objetivo criar mecanismos para impedir a ampliação de casos em que o aborto é legal e criar incentivos para que as mulheres não optem pela medida na situação de estupro, já permitida. O projeto precisa ainda passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) antes de ir a plenário - e seguir para o Senado. Apenas a bancada do PT se posicionou contra o projeto.

Custo. A proposta, que já teve o mérito aprovado na Comissão de Seguridade Social e Família, precisou passar pela Comissão de Finanças e Tributação porque cria uma despesa para os cofres públicos ao obrigar o Estado a arcar com custos da mulher durante a gestação e da criança até a adoção ou identificação do pai em casos de estupro. O relator, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), fez uma pequena alteração em relação a esse tema, prevendo que o efeito financeiro só ocorrerá no ano seguinte da aprovação final da proposta.

A votação ocorreu em meio à pressão de grupos feministas e religiosos. Enquanto as primeiras destacavam o apelido de "bolsa-estupro", os ligados a movimentos religiosos enfatizavam a defesa do "direito à vida" na proposta.

A deputada Erika Kokay (PT-DF) foi uma das que criticaram a aprovação. "É uma bolsa-

PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

Siga o @estadao no Twitter Follow

estadao

estupro, é dizer que não tem problema a mulher ser estuprada. Estamos comprando sua vida e pagando pelo que sofreu", afirmou.

Outros parlamentares do PT se posicionaram na mesma direção, classificando a proposta de retrocesso. O líder do partido, José Guimarães (CE), compareceu à reunião e destacou que a bancada conseguiu segurar o andamento desse tipo de proposta por dois anos, mas que não era mais possível impedir a aprovação.

O relator, por sua vez, afirmou que o auxílio financeiro não pode ser vinculado ao crime. "Querer tipificar o auxílio pelo crime é um erro social, o que estamos fazendo é dando uma opção para a mulher vítima desse crime ao permitir que o Estado dê assistência e auxílio a ela e à criança, caso a mulher opte por ter o filho", disse Eduardo Cunha.

Ele destacou que a proposta é importante para os que são contrários a todo tipo de aborto porque estabelece direitos desde a concepção. "Esse reconhecimento de que a vida começa na concepção é importante do ponto de vista legislativo."

A bancada evangélica se mobilizou para que possa festejar a aprovação em evento convocado pelo pastor Silas Malafaia, da Assembleia de Deus, que pretende reunir dezenas de milhares de pessoas na frente do Congresso Nacional para defender bandeiras contra o aborto e o casamento gay.

Cura gay. A bancada já tinha tentado aprovar ontem na Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo pastor Marco Feliciano (PSC-SP), um projeto que suspende resolução do Conselho Federal de Psicologia que proíbe profissionais da área de fazer "tratamento" contra a homossexualidade, proposta apelidada de "cura gay". Um pedido de vista, porém, impediu a aprovação ontem.

Estadão PME - Links patrocinados

Pekon Condutores Elétricos
Cabos coaxiais, cabos para áudio, cabos manga, cabos pks, cabos pkd
www.pekon.com.br

Sinalização e Comunicação Visual
Placas de sinalização, pintura de letreiros e sinalização de rota de fuga
www.sinalvic.com.br

Anuncie aqui

Curtir
Você curtiu isso.605.335

Ivonio Barros Guarani-Kaiowá recomendou Mercado do medo - suplementos.
há ± 1 semana

Mel Bleil Gallo recomendou 'Humor é ferir a moral e os bons costumes' - cultura.
há ± 2 semanas

Leonardo Sosia Albuquerque recomendou Papa condena casamento gay em discurso de Natal - internacional.
há ± 3 semanas

Mirian Giannella recomendou Polêmica marca a trajetória do sociólogo suíço - politica.
há ± um mês

Renata A Winkler recomendou Motoqueiro

+ SAOPAULO

Passageiros reclamam de lentidão excessiva em trens do metrô em SP

PM é baleado em assalto no Itaim-Bibi

Casagrande tem carro roubado no Tatuapé

Vazamentos de óleo deixam em alerta a bacia amazônica

TV ESTADÃO

ESPECIAIS

Monotrilho